

TREVO SEGUROS

Grupo Caixa Geral de Depósitos

Trevo Seguradora SA

CNPJ nº 33.017.096/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,
Submetemos a apreciação de V.Sas, as demonstrações financeiras da Trevo Seguradora S.A., relativas ao primeiro semestre de 1999.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Resultados

A Cia. Apresentou um lucro líquido de R\$ 4.052 mil, o que corresponde a uma rentabilidade de 12,64% aa. sobre o Patrimônio líquido de R\$ 64.138 mil.

Produção de Seguros

O volume de prêmios auferidos neste primeiro semestre foi de R\$ 95.990 mil, apresentando um expressivo crescimento de 26,6% sobre igual período do ano anterior, refletindo o resultado das medidas adotadas visando melhor atender às necessidades do nosso público alvo.

Sinistros

Os sinistro retidos totalizaram R\$ 56.762 mil (R\$ 41.673 mil em 98). O índice de sinistralidade foi de 67,7% contra 58,4% no ano anterior. Não obstante o aumento, está em conformidade com os índices apresentados pelo mercado segurador neste primeiro semestre.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas somaram R\$ 15.609 mil contra R\$ 12.657 mil no ano anterior, em razão da

elevação da carga tributária ocorrida neste semestre (COFINS).

Despesas de Comercialização

As Despesas de Comercialização totalizaram R\$ 20.076 mil, representando um índice de 23,95% em relação ao Prêmio Ganho.

"BUG DO MILÊNIO"

O processo de certificação das empresas do Sistema Financeiro Bandeirantes, do qual a Trevo Seguradora é parte, contempla testes dos sistemas com datas envelhecidas, os quais encontram-se em fase final. Os resultados têm sido satisfatórios, atestando a qualidade do trabalho de conversão, concluído em 1998. Está em andamento a revisão do plano de Contingência, sob a ótica do "BUG" do Milênio, com conclusão estipulada pela SUSEP, para 30 de setembro de 1999.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos os Senhores Acionistas, Clientes e Autoridades do Mercado, pela confiança e apoio dispensado em mais um semestre. Aos funcionários e colaboradores, expressamos nosso reconhecimento pelo empenho e dedicação ao resultado alcançado.

São Paulo, 20 de agosto de 1999

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (Em milhares de reais)

	1999	1998		1999	1998
A T I V O			P A S S I V O		
CIRCULANTE	146.058	116.428	PROVISÕES TÉCNICAS NÃO COMPROMETIDAS	72.971	52.446
Disponível	66	42	Provisões de prêmios não ganhos	71.283	50.432
Caixa e bancos	66	42	Provisões de riscos decorridos	1.688	2.014
Aplicações	81.592	67.237	CIRCULANTE	41.839	39.156
Títulos de renda fixa – privados	752	43.504	Provisões comprometidas	23.759	15.740
Títulos de renda fixa – públicos	70.892	17.817	Sinistros a liquidar	22.257	15.484
Títulos de renda variável	4	1.399	Provisão para sinistros não avisados - IBNR/DPVAT	1.502	256
Outras aplicações	9.944	4.860	Débitos de operações com seguros	5.718	5.773
(-) Provisão para desvalorização	-	(343)	Seguradoras	58	311
Créditos de operações com seguros	28.169	22.395	IRB - Brasil Resseguros S.A.	1.443	1.482
Prêmios emitidos	24.205	19.274	Comissões sobre prêmios emitidos	4.217	3.911
Seguradoras	244	300	Outros débitos	-	69
IRB – Brasil Resseguros S.A.	1.760	1.649	Débitos diversos a pagar	8.583	14.524
Outros créditos	3.069	1.229	Obrigações a pagar	5.395	9.703
Provisão para créditos duvidosos	(1.109)	(57)	Impostos e encargos sociais a recolher	1.698	1.930
Títulos e créditos a receber	6.984	5.079	Provisões trabalhistas	1.490	910
Títulos e créditos	1.915	1.315	Empréstimos e financiamentos	-	1.981
Créditos tributários	5.069	3.764	Provisões para tributos	2.542	2.044
Outros valores e bens	1.247	1.530	Imposto de renda	1.621	1.183
Despesas antecipadas	66	-	Contribuição social	465	861
Despesas de comercialização diferidas	27.934	20.145	Outros	456	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.502	1.823	Depósitos de terceiros	1.237	1.075
Depósitos especiais no IRB	956	814	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.732	1.929
Depósitos judiciais	546	1.009	Provisões para tributos	2.138	838
PERMANENTE	34.120	35.678	Provisões trabalhistas	594	1.091
Investimentos	23.617	22.702	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64.138	60.398
Participações em controladas e coligadas	21.650	21.474	Capital social - nacional	35.375	20.975
Participações no IRB	1.570	777	Aumento de capital em aprovação	-	14.400
Outros	397	451	Reservas de capital	1.189	1.189
Imobilizado	7.543	8.740	Reserva de reavaliação	810	-
Imóveis	7.796	9.165	Reservas de lucros	26.764	23.834
Bens móveis	3.142	2.501	TOTAL DO PASSIVO	181.680	153.929
Outros	228	222			
(-) Depreciação	(3.623)	(3.148)			
Diferido	2.960	4.236			
TOTAL DO ATIVO	181.680	153.929			

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	1999	1998
PRÊMIOS RETIDOS	86.093	69.352
Prêmios emitidos	95.990	75.831
Prêmios restituídos	(3.813)	(725)
Prêmios de cosseguros cedidos	(1.024)	(2.517)
Prêmios de resseguros cedidos	(5.060)	(3.237)
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES DE PRÊMIOS	(2.285)	1.981
PRÊMIOS GANHOS	83.808	71.333
SINISTROS RETIDOS	(56.762)	(41.673)
Sinistros	(67.438)	(48.124)
Recuperação de sinistros	11.514	6.707
Provisão para sinistros não avisados - IBNR/DPVAT	(838)	(256)
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	(20.076)	(18.339)
Comissões	(20.293)	(15.596)
Recuperação de comissões	535	936
Outras despesas de comercialização	(38)	(1.526)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(280)	(2.153)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(15.609)	(12.657)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	(5.600)	(2.443)
RESULTADO FINANCEIRO E PATRIMONIAL	18.786	14.847
Receitas financeiras	16.166	11.290
Despesas financeiras	(1.057)	(507)
Equivalência patrimonial	3.212	3.570
Receitas com imóveis de renda	465	494
RESULTADO OPERACIONAL	4.547	11.068
Receitas (despesas) não operacionais	(13)	395
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	4.534	11.463
Contribuição social	(163)	(820)
Imposto de renda	(319)	(1.081)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	4.052	9.562
QUANTIDADE DE LOTES DE MIL AÇÕES	39.589.614	39.589.614
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	0,10	0,24

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (Em milhares de reais)

	1999	1998
ORIGENS DE RECURSOS:		
Lucro líquido	4.052	9.562
Depreciações e amortizações	1.060	991
Resultado de equivalência patrimonial	(3.212)	(3.570)
Lucro líquido ajustado	1.900	6.983
Incentivos fiscais	-	52
Aumento (redução) das provisões técnicas	3.084	(1.569)
Alienação de itens do imobilizado	64	14
Alienação de investimentos	-	1.105
Juros sobre capital próprio recebidos	944	6.774
Aumento do exigível a longo prazo	-	496
Total das origens	5.992	13.855
APLICAÇÕES DE RECURSOS:		
Investimentos	237	55
Imobilizado	192	908
Diferido	56	798
Juros sobre o capital próprio	944	2.836
Aumento do realizável a longo prazo	143	198
Redução do exigível a longo prazo	1.028	-
Total das aplicações	2.600	4.795
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	3.392	9.060
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE:		
Variação do ativo circulante	8.504	7.693
Variação do passivo circulante	5.112	(1.367)
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	3.392	9.060

CONTINUA...

TREVO SEGUROS

Grupo Caixa Geral de Depósitos

Trevo Seguradora SA

CNPJ nº 33.017.096/0001-50

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (Em milhares de reais)

	Capital Realizado	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital		Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Especial	Incentivos fiscais		Legal	A realizar	Estatutária		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998	20.975	14.400	422	767	826	2.126	212	21.302	-	61.030
Aumento de capital	14.400	(14.400)	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas de reavaliação	-	-	-	-	(16)	-	-	-	16	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	4.052	4.052
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	-	-	203	-	-	(203)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(944)	(944)
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	2.921	(2.921)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999	35.375	-	422	767	810	2.329	212	24.223	-	64.138
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997	20.975	14.400	422	715	-	1.491	212	15.405	-	53.620
Incentivos fiscais	-	-	-	52	-	-	-	-	-	52
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	9.562	9.562
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	-	-	477	-	-	(477)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.836)	(2.836)
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	6.249	(6.249)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1998	20.975	14.400	422	767	-	1.968	212	21.654	-	60.398

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Trevo Seguradora S.A. é uma empresa integrante do Sistema Financeiro Bandeirantes, que tem como objetivo social a comercialização de seguros dos ramos elementares e vida.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Resultado das Operações - É apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices ou taxas oficiais. Os prêmios de seguros, contabilizados por ocasião da emissão das apólices, são registrados como prêmios emitidos. A receita correspondente é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos e de riscos decorridos, as quais são calculadas com base na retenção líquida dos prêmios emitidos. As comissões e outros custos de angariação também são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices e refletidos no saldo de despesas de comercialização diferidas.

b) Aplicações - As aplicações em títulos de renda fixa estão apresentadas pelo valor investido, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundo de investimentos imobiliários são atualizadas de acordo com o valor da cota na data do balanço. Os títulos de renda variável são registrados pelo valor de aquisição, sendo constituídas provisões para desvalorizações quando o valor de mercado for inferior ao contábil.

c) Ativos e Passivos Circulantes e de Longo Prazo - Demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis, com vencimento em até 12 meses, são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Investimentos - As participações em coligadas e controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; os demais investimentos são demonstrados ao custo, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

e) Imobilizado - Registrado pelo valor de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, com exceção dos imóveis, que incluem acréscimos ou decréscimos oriundos de reavaliação. As depreciações são calculadas pelo método linear, a taxas anuais de 4% para imóveis, 10% para equipamentos, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

f) Diferido - Registrado pelos valores originais, acrescidos de atualização monetária até 31 de dezembro de 1995, amortizado no prazo de cinco anos.

g) Sinistros a Liquidar - A provisão para sinistros a liquidar é calculada por estimativa, com base nos avisos de sinistros recebidos, líquidos de recuperações por cosseguros e resseguros cedidos. O Conselho Nacional de Seguros Privados, através da Resolução CNSP nº 18/98, seguindo uma prática do mercado internacional de seguros, determinou que as seguradoras deverão também constituir uma provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR). Referida Resolução determina que a provisão IBNR seja calculada com base em estudo atuarial, e admite que essa

7. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Dados e saldos em 30 de junho de 1999 e 1998:

Controlada/coligada	Capital Social	Patrimônio líquido	Participação %	Lucro (Prejuízo)		Quantidade de ações/cotas possuídas	Valor contábil dos investimentos		Equivalência patrimonial	
				1999	1998		1999	1998	1999	1998
Trevo S.A. Seguros e Previdência Privada	7.042	7.732	99,99	754	270	5.999.970	7.732	7.435	754	319
Bandeirantes S.A. Capitalização	7.012	10.413	99,99	2.517	3.052	6.399.970	10.413	10.635	2.518	3.330
Bandeirantes S.A. Processamento de Dados	7.000	12.596	11,90	(595)	(1.022)	389.086.185	1.499	1.523	(71)	(105)
Banagro - Bandeirantes Agropecuária Ltda.	7.558	5.805	4,95	(417)	(249)	3.560	287	284	(21)	(15)
SCP Fortaleza Empreendimentos Imobiliários	11.700	14.261	11,70	255	352	2.500	1.669	1.597	30	41
Agriban - Agrícola Bandeirantes Ltda.	470	678	7,36	31	-	34.595	50	-	2	-
Total							21.650	21.474	3.212	3.570

8. IMOBILIZADO

	1999	1998
Imóveis:		
Terrenos	2.171	3.152
Edificações	5.625	6.013
(-) Depreciações acumuladas	(2.104)	(1.970)
Subtotal	5.692	7.195
Outras imobilizações de uso:		
Sistema de informática	1.115	1.012
Sistema de comunicação	349	332
Móveis e equipamentos	1.004	907
Veículos	564	139
Outras	338	333
(-) Depreciações acumuladas	(1.519)	(1.178)
Subtotal	1.851	1.545
Total	7.543	8.740

provisão seja constituída gradativamente, sendo no mínimo 50% até 31 de dezembro de 1999, e os 50% restantes até 31 de dezembro de 2000. Em 30 de junho de 1999, a sociedade estava elaborando estudos técnicos atuariais visando determinar sua provisão IBNR, cuja constituição obedecerá as determinações da Resolução nº 18/98.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, sobre o lucro real anual excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 8% sobre o resultado apurado até o mês de abril de 1999, para os meses seguintes, esta alíquota foi acrescida de 4%, perfazendo 12%, conforme M.P. nº 1.807/99 e reedições posteriores. O referido adicional estará em vigor até 31 de dezembro de 1999 (18% em 1998). Os montantes registrados em créditos tributários são representados, basicamente, por direitos sobre impostos e contribuições a recuperar.

4. APLICAÇÕES

As aplicações, em 30 de Junho de 1999 e 1998, estavam assim representadas:

	1999	1998
Títulos de renda fixa - privados	752	43.504
Certificados de Depósitos Bancários	-	40.832
Debêntures	752	2.672
Títulos de renda fixa - públicos	70.892	17.817
Letras do Tesouro Nacional	-	17.170
Letras Financeiras do Tesouro	28.310	578
Bônus do Banco Central	-	69
Notas do Tesouro Nacional	42.582	-
Títulos de renda variável	4	1.399
Ações de companhias abertas	4	1.399
Provisão para desvalorização de títulos de renda variável	-	(343)
Outras aplicações	9.944	4.860
Cotas de fundo de investimentos imobiliários	8.862	4.116
Outras	1.082	744
Total	81.592	67.237

5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Referem-se, basicamente, em 30 de junho de 1999 e 1998, a imposto de renda e contribuição social a compensar, como segue:

	1999	1998
Imposto de renda a compensar	-	534
Contribuição social a compensar	1.176	1.427
Antecipação de imposto de renda	2.229	659
Antecipação de contribuição social	620	270
Créditos tributários de impostos sobre adições temporárias	630	641
Outros	414	233
Total	5.069	3.764

6. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

A movimentação das despesas de comercialização diferidas pode ser assim resumida:

	1999	1998
Saldo inicial	27.365	19.005
Comissões e outras despesas do semestre	16.592	13.612
Ajuste a tarifa referencial	4.270	3.124
Amortizações	(20.293)	(15.596)
Total	27.934	20.145

9. DIFERIDO

Os respectivos saldos, líquidos de amortizações acumuladas, compreendem:

	1999	1998
Gastos em imóveis de terceiros	278	192
Gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas	2.003	3.156
Reorganização administrativa e/ou reestruturação e modernização de sistemas operacionais	679	888
Total	2.960	4.236

10. PROVISÕES TÉCNICAS NÃO COMPROMETIDAS

As movimentações destas provisões durante os semestres compreendem:

	1999	1998
Saldo inicial	69.887	54.015
Prêmios emitidos	86.093	69.352
Ajuste à tarifa referencial	4.270	3.124
Prêmio ganhos	(83.808)	(71.333)
Outras movimentações	(3.471)	(2.712)
Total	72.971	52.446

TREVO SEGUROS

Grupo Caixa Geral de Depósitos

Trevo Seguradora SA

11. PROVISÕES COMPROMETIDAS

Durante os semestres findos em 30 de junho de 1999 e 1998, a movimentação das respectivas provisões resumem-se como segue:

	1999	1998
Saldo inicial	19.724	17.662
Sinistros avisados, líquidos de recuperação	56.762	41.673
Sinistros pagos	(52.727)	(43.595)
Total	23.759	15.740

12. GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Em 30 de junho de 1999 e 1998, os bens e direitos vinculados à SUSEP, em garantia de provisões técnicas, compõem-se como segue:

	1999	1998
Direitos creditórios por fracionamento de prêmios	18.461	14.265
Títulos de renda variável (ações a valor de mercado)	-	1.103
Títulos de renda fixa - privados	-	39.206
Títulos de renda fixa - públicos	69.631	17.170
Cotas de fundo de investimentos imobiliários	5.330	-
Depósitos especiais no IRB	956	814
Imóveis	1.752	5.848
Outros	600	268
Total	96.730	78.674

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Em 30 de junho de 1999 e 1998, compreendiam:

	1999	1998
Dividendos a pagar	40	19
Juros a pagar sobre o capital próprio	803	2.410
Provisão para pagamentos a efetuar	930	3.235
Cheques emitidos e não compensados	3.622	4.039
Total	5.395	9.703

14. CONTINGÊNCIAS

A Trevo Seguradora vem questionando a legalidade de certos impostos e contribuições, bem como respondendo a diversos processos nas esferas trabalhistas e cível, para os quais existem depósitos judiciais efetuados, registrados na rubrica "Depósitos judiciais" no realizável a longo prazo. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados nas rubricas "Provisões para tributos", representados por R\$1.457 (R\$739 em 1998), e "Provisões trabalhistas", no exigível a longo prazo, são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais.

Durante este semestre, utilizando-se a prerrogativa da Lei nº 9779 de 09 de janeiro de 1999, os questionamentos judiciais relacionados ao Programa de Integração Social - PIS, foram liquidados no montante de R\$ 1.343.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 39.589.614.859 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O estatuto prevê a distribuição obrigatória de um dividendo mínimo de 6% sobre o capital social integralizado. A distribuição dos dividendos não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Sociedade optou, de acordo com o dispositivo no artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, pelo pagamento de juros sobre o capital próprio, utilizando a taxa mensal de juros a longo prazo - TJLP, calculada sobre o patrimônio líquido. Os juros sobre o capital próprio atribuídos aos acionistas totalizam R\$944 (R\$ 2.836 em 1998), cuja contabilização resultou em benefício fiscal de imposto de renda e contribuição social de R\$349 (R\$ 1.219 em 1998), com influência positiva no lucro líquido e patrimônio líquido.

16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1999	1998
Despesas com pessoal próprio	7.079	4.936
Despesas com serviços de terceiros	1.886	4.033
Despesas com localização e funcionamento	2.839	2.367
Despesas com propaganda e publicidade	114	118
Despesas com tributos	3.614	1.112
Outras despesas administrativas	77	91
Total	15.609	12.657

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	1999	1998
Receitas com operações de seguros e cosseguros	360	412
Receitas com recuperação de custos de apólices	4.986	3.235
Provisão para devedores duvidosos	(1.109)	(47)
Despesas com inspeção de riscos	(1.596)	(723)
Despesas com convênio DPVAT	(738)	(2.360)
Despesas com operações de seguros	(5.749)	(1.756)
Despesas com assistência 24 horas	(1.754)	(1.204)
Total	(5.600)	(2.443)

18. RECEITAS FINANCEIRAS

	1999	1998
Títulos de renda fixa - privados	441	5.353
Títulos de renda fixa - públicos	7.891	1.916
Receitas com encargos nas operações de seguro	5.766	2.392
Títulos de renda variável	1.735	1.144
Outras	333	485
Total	16.166	11.290

19. DESPESAS FINANCEIRAS

	1999	1998
Despesas com operações de seguros	1.384	62
Perdas com títulos de renda variável	1.166	367
Despesas com empréstimos	-	222
Reversão de provisão para desvalorização de títulos	(1.520)	(236)
Outras despesas financeiras	27	92
Total	1.057	507

20. RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS

	1999	1998
Lucro na alienação de investimentos	-	395
Prejuízo na alienação de bens	(13)	-
Total	(13)	395

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores registrados como despesas do semestre, conforme segue:

	1999		1998	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Encargos às alíquotas sobre o resultado do semestre	(1.134)	(544)	(2.866)	(2.063)
Efeitos de juros sobre o capital próprio	236	113	709	510
Efeito do resultado de equivalência	567	181	892	643
Provisões indedutíveis	(430)	(144)	(147)	(34)
Reversões de provisões	510	180	189	64
Outras	33	284	72	35
Dedução de 1/3 da COFINS	(17)	(70)	-	-
Devido sobre operações do semestre	(235)	-	(1.151)	(845)
Provisões temporárias	(84)	(163)	70	25
Total da provisão no resultado	(319)	(163)	(1.081)	(820)

22. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

Os principais ramos de atuação da Sociedade são:

	Prêmios ganhos		Sinistros (%)		Despesas de comercialização (%)	
	1999	1998	1999	1998	1999	1998
Automóvel /Rcf	50.998	39.764	82,6	76,7	19,2	18,1
Vida	17.052	17.572	40,0	39,3	33,0	49,0
Outros ramos	15.758	13.997	49,7	30,5	29,6	25,1

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Durante os semestres findos em 30 de junho de 1999 e 1998, não foram realizadas operações com derivativos de instrumentos financeiros.

24. TREVO - INSTITUTO BANDEIRANTES DE SEGURIDADE SOCIAL

A Trevo Seguradora é co-patrocinadora da Trevo - Instituto Bandeirantes de Seguridade Social, que tem por finalidade básica a concessão de benefícios complementares à aposentadoria paga pela previdência social. O exigível atuarial dessa Entidade foi constituído de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir. A contribuição ao Instituto, em 1999, totalizou R\$16 (R\$15 em 1998).

25. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Sociedade desenvolve suas atividades em conjunto com outras empresas do Sistema Financeiro Bandeirantes, cujas transações foram realizadas a valor, prazo e taxas usuais de mercado. Segue um resumo das principais transações:

	Direitos (Obrigações)		Receitas (Despesas)	
	1999	1998	1999	1998
Disponibilidades	61	38	-	-
Aplicações financeiras	-	867	175	347
Adiantamentos Diversos	-	132	-	-
Aluguéis a receber	-	500	458	300
Aluguéis a pagar	(5)	-	(14)	(9)
Contratos de mútuo	-	(1.981)	-	(229)
Serviços de processamento de dados	(65)	(247)	(160)	(314)
Prestação de serviços	(651)	(3.422)	(2.557)	(3.159)

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O montante dos direitos creditórios decorrente do parcelamento dos prêmios de seguros em atraso, líquidos de cosseguros e resseguros cedidos, totaliza R\$1.109 (R\$57 em 1998), já tendo ocorrido, no mês de julho de 1999, a sua recuperação ou cancelamento.

b) Para o Consórcio DPVAT e Categorias 3 e 4 (ônibus e caminhão) são constituídas provisões para fazer face a encargos futuros estimados, IBNR (Sinistros Incorridos e Não Avisados), cujo valor, em 30 de junho de 1999, é de R\$1.502 (R\$ 256 em 1998)

27. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em Assembléia de Acionistas realizada em 28 de julho de 1999, foi aprovada a incorporação da Trevo S.A. Seguros e Previdência Privada, pela Trevo Seguradora S.A., cuja aprovação encontra-se em apreciação pela SUSEP.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO TOMÁS CORREA - Presidente

ANTÔNIO MANUEL SEZÕES DE ALMEIDA PORTO - Conselheiro

ALKIMAR RIBEIRO MOURA - Conselheiro

DIRETORIA

CARLOS PRIETO TRAGUELHO - Diretor Presidente

ANTÔNIO MANUEL SEZÕES DE ALMEIDA PORTO - Diretor Geral

FERNANDO AUGUSTO FERREIRA SANTO - Diretor Superintendente

SEVERINO GARCIA RAMOS

ARTUR MARQUES DO AMARAL FILHO

Atuário MIBA 357

Contador CRC 1RJ050124/T-6 - SP

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Trevo Seguradora S.A.:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da TREVO SEGURADORA S.A. em 30 de junho de 1999 e 1998, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendiam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Conforme descrito na Nota 3.g, a Sociedade optou por constituir a Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) de conformidade com a Resolução CNSP nº 18/98, não tendo sido registrada a

Provisão em 30 de junho de 1999. Caso tivesse sido quantificada e constituída essa Provisão, o patrimônio líquido e o resultado do semestre estariam diminuídos pelo montante correspondente.

(4) Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito do assunto comentado no parágrafo (3), as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trevo Seguradora S.A. em 30 de junho de 1999 e 1998, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos para os semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

São Paulo, 20 de agosto de 1999

ARTHUR ANDERSEN

ARTHUR ANDERSEN S/C

CRC 2SP00123/O-1

Sebastião de Paula Nogueira

Sócio-Diretor Responsável

Contador - CRC 1RJ026366/T-3SP